

O GÊNERO AUTOBIOGRAFIA NA OBRA “MEMÓRIAS DE ÍNDIO: UMA QUASE AUTOBIOGRAFIA” (2016), DE DANIEL MUNDURUKU

EL GÉNERO AUTOBIOGRAFÍA EN LA OBRA “MEMÓRIAS DE ÍNDIO: UMA QUASE AUTOBIOGRAFIA” (2016), DE DANIEL MUNDURUKU

Gleidiane Eugene¹

Resumo: Na literatura indígena, são recorrentes referências às coletividades indígenas, narrativas acerca de aspectos culturais peculiares de um povo indígena em particular e até narrativas de caráter autobiográfico. A obra “Memórias de índio: uma quase autobiografia” (2016), de Daniel Munduruku, constitui o objeto de análise do presente artigo, que objetiva discutir o gênero autobiografia na referida obra. Para tanto, após abordar brevemente a autobiografia enquanto narrativa entre a literatura e a história, e relacionar literatura indígena e essa modalidade de escrita de si, passa-se a analisar a escrita de caráter autobiográfico na obra de Daniel Munduruku anteriormente mencionada. As discussões da pesquisa bibliográfica estão fundamentadas a partir do pensamento de Arfuch (2010), Bakhtin (2017) e Eakin (2019), de autores indígenas, como Danner, Dorrico e Danner (2020), e da obra de Munduruku já referida. Verificou-se que Munduruku ressignifica o gênero autobiográfico ao utilizá-lo enquanto recurso, a partir de uma perspectiva estético-política, com o intuito de denunciar as contradições e violências simbólico-materiais da Modernidade, disseminar aspectos culturais dos povos indígenas e alimentar a esperança, a utopia por libertação.

Palavras-chave: Autobiografia. Literatura indígena. História. Memória.

Resumen: En la literatura indígena son recurrentes las referencias a las colectividades indígenas, las narrativas sobre aspectos culturales peculiares de un determinado pueblo indígena e incluso las narrativas de carácter autobiográfico. La obra “Memórias de índio: uma quase autobiografia” (2016), de Daniel Munduruku, es objeto de análisis de este artículo, que tiene como objetivo discutir el género autobiográfico en esa obra. Para eso, después de abordar brevemente la autobiografía como narrativa entre la literatura y la historia, y relacionar la literatura indígena y esta modalidad de autoescritura, procedemos a analizar la escritura autobiográfica en la citada obra de Daniel Mundurukú. Las discusiones de la investigación bibliográfica se basan en el pensamiento de Arfuch (2010), Bajtín (2017) y Eakin (2019), de autores indígenas como Danner, Dorrico y Danner (2020), y la obra de Mundurukú ya mencionada. Se descubrió que Mundurukú ressignifica el género autobiográfico al utilizarlo como recurso, desde una perspectiva estético-política, para denunciar las contradicciones y violencias simbólico-materiales de la Modernidad, difundir aspectos culturales de los pueblos indígenas y alimentar la esperanza, la utopía. para la liberación.

Palabras clave: Autobiografía. Literatura indígena. Historia. Memoria.

¹ Licenciada em Letras/Espanhol pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestranda em Literatura Comparada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Professora de Língua Espanhola na Rede Pública de Educação Básica do Estado do Ceará. Contato: fleidianeeugene@gmail.com

1 Introdução

A partir da década de 1990, verificou-se a emergência de produções literárias escritas elaboradas por sujeitos indígenas, a ponto de se popularizar o que se denominou de literatura indígena. Kaká Werá, Ailton Krenak, Márcia Kambeba, Eliane Potiguara, Daniel Munduruku, Olívio Jekupé são apenas alguns nomes indígenas que têm promovido a reflexão acerca da condição e da causa de seus povos.

Embora nessas obras sejam recorrentes referências às coletividades indígenas, também são comuns narrativas acerca de aspectos culturais peculiares de um povo indígena em particular. Há narrativas que parecem ser mais restritas, circunscrevendo-se à esfera autobiográfica. Daniel Munduruku, por exemplo, escreveu uma obra com título bastante sugestivo, a saber: “Memórias de índio: uma quase autobiografia” (2016), a qual constitui o objeto de análise do presente artigo.

Nesse sentido, objetiva-se discutir o gênero autobiografia na referida obra. Para tanto, após abordar brevemente a autobiografia enquanto narrativa entre a literatura e a história, e relacionar literatura indígena e essa modalidade de escrita de si, passa-se a analisar a escrita de caráter autobiográfico na obra de Daniel Munduruku anteriormente mencionada.

A abordagem acerca do gênero autobiografia está fundamentado no pensamento de Arfuch (2010), Bakhtin (2017) e Eakin (2019). Para tratar sobre literatura indígena, optou-se por primar pela utilização de autores indígenas, como Souza (2018), Kambeba (2018), Munduruku (2018), Jekupé (2018) e Danner, Dorrico e Danner (2020). Por sua vez, a análise da escrita de caráter autobiográfico na obra “Memórias de índio: uma quase autobiografia” é desenvolvida a partir da própria obra em diálogo com o referencial disposto no texto.

2 Gênero autobiografia

A etimologia do termo autobiografia aponta para suas raízes gregas - “*autós*”, “*bíos*”, “*gráphein*” – sugerindo um registro de vida pela própria pessoa que viveu os acontecimentos relatados. Embora afirmem a existência de formas autobiográficas na Antiguidade, Calligaris (1998) e Bakhtin (2018) defendem, respectivamente, que o registro autobiográfico demanda a emergência da noção de subjetividade/individualidade e a dissociação do sujeito em suas acepções interna e externa, condições que só podem ser encontradas com o advento da Modernidade.

Desse modo, apesar de a obra *Confissões*, de Santo Agostinho, possuir características autobiográficas, muitos pensadores – dentre os quais os anteriormente citados – demarcam a

obra *Confissões*, de Jean Jacques Rousseau, como aquela que delineia os traços da autobiografia, na concepção moderna, traços esses analisados por Arfuch (2010, p. 48-49) a partir de uma breve citação da referida obra:

O surgimento dessa voz autorreferencial (“Eu, só”), sua “primeiridade” (“Acometo um empreendimento que jamais teve exemplo”), a promessa de uma fidelidade absoluta (“Quero mostrar a meus semelhantes um homem em toda a verdade da natureza, e esse homem serei eu”) e a percepção aguda de um outro como destinatário, cuja adesão é incerta (“Quem quer que sejais... Conjuuro-vos... a não escamotear a honra de minha memória, o único monumento seguro de meu caráter que não foi desfigurado por meus inimigos”), traçavam com veemência a topografia do espaço autobiográfico moderno.

Pode-se afirmar que a autobiografia se situa em uma posição intermediária entre a literatura e a história. A relação desse gênero literário com a história pode ser verificado a partir do argumento de que os relatos sobre a vida do sujeito biografado fazem parte de uma trama maior que é a história de vida deste, geralmente podendo ser situada em um determinado tempo histórico. Para Eakin (2019), as autobiografias não são apenas narrativas sobre o “eu”, mas algo mais profundo; são parte constituinte desse “eu”.

Ainda segundo Eakin (2019), a narrativa autobiográfica relaciona, necessariamente, dimensões temporais de passados e experiências vividas, porém articuladas a partir de um ato presente, que é o tempo da enunciação da narrativa. De modo que há aí um rompimento de temporalidades, uma vez que a construção narrativa é atual, mas referente a experiências passadas. Lejeune (2002, p. 41) arremata a questão da relação entre autobiografia, história e literatura ao afirmar: “a autobiografia inscreve-se tanto no campo do conhecimento histórico [...] como na área da criação artística”.

Nesse sentido, a autobiografia consiste em uma produção histórico-artística situada no âmbito das escritas de si cujo objeto enfatiza as intimidades de uma subjetividade. Esse gênero textual narrativo se caracteriza pelos relatos referentes à história de vida de um determinado sujeito. Porém, há aí uma questão: qual a relação existente entre o autor, o narrador e o personagem biografado?

Philippe Lejeune (2014, p. 16), para que o gênero autobiografia é concebido enquanto “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”, informa que é condição

da obra autobiográfica a existência de “relação de identidade entre o *autor*, o *narrador* e o *personagem*“ (p. 18).

Com uma visão alicerçada na pragmática do discurso, Lejeune (2014) afirma o uso da primeira pessoa para vincular a identidade entre o narrador e o personagem principal. Em seguida, a conversão da primeira pessoa no nome próprio é afirmada para vincular a identidade entre o autor e o narrador e, assim, manter aquele tripé de identidade. Segundo o pensador francês, essas condições conferem um status de realidade ao texto autobiográfico, gerando um pacto autobiográfico entre leitor e autor. Ao leitor, então, resta um juízo de credibilidade, ou não, acerca de que se aquilo que é relatado foi deveras protagonizado pelo autor-narrador-personagem.

Em sentido contrário, para Bakhtin (2018) não há possibilidade de estabelecimento de uma relação de plena identificação do sujeito consigo mesmo, o que vai de encontro ao pensamento de Lejeune anteriormente citado. Na perspectiva da análise dialógica do discurso, Arfuch (2010) defende que há uma ressemantização daquela outrora identificação entre autor-narrador-personagem, apontando para a posição ocupada pelo “outro” no ato de linguagem, considerando-se que o relato do sujeito sobre si e por si tem por finalidade dialógica um sujeito terceiro que não necessariamente é aquele que enuncia o relato.

O autor que enuncia agora um relato sobre o que lhe aconteceu em determinado momento passado não pode fazê-lo com os mesmos olhos daquele sujeito que vivenciou o referido acontecimento. Segundo Bakhtin (2017), o autor realiza uma extralocalização de si, ou seja, ele se distancia de seu eu atual e mergulha no espaço da memória, com o intuito de reconstruir aquela experiência já vivida, todavia como o olhar do presente, portanto, sob um olhar ressignificado. Em outras palavras, o autor, quando revisita as experiências já vividas por ele, possui um estado de consciência distinto daquele de quando as vivenciou, de modo que o narrador autorreferenciado consiste em um “eu-alter”, um outro de si mesmo. Nas palavras de Arfuch (2010, p. 54):

... o narrador é *outro*, diferente daquele que protagonizou o que vai narrar: como se reconhecer nessa história, assumir as faltas, se responsabilizar por essa outridade? E, ao mesmo tempo, como sustentar a permanência, o arco vivencial que vai do começo, sempre idealizado, ao presente “testemunhado”, assumindo-se sob o mesmo “eu”?... (*grifo da autora*)

Assim, essa rememoração implica um distanciamento entre a subjetividade que narra e a subjetividade que viveu determinada experiência, de modo que os fatos lembrados não são revividos, mas ressignificados, seja na perspectiva do autor que os conta, em razão de sua presenticidade atuante no ato de enunciação, seja na perspectiva dos interlocutores da enunciação, no exercício de compreender o relato no seu contexto interlocutivo. Desse modo, a atividade de autorrepresentação do vivenciado não consiste em uma reprodução exata dos acontecimentos, mas traduz uma refração de acontecimentos passados, recontados no presente por uma subjetividade outra, distinta daquela no momento do vivido.

3 Literatura indígena e autobiografia

Apesar de a literatura indígena no Brasil ter se tornado mais pungente enquanto movimento voltado para a produção escrita de autores indígenas a partir da década de 1990, a literatura indígena vai muito além de uma mera produção escrita. De acordo com Souza (2018), os povos indígenas sempre registraram suas histórias, seja por meio dos grafismos, dos desenhos, dos monumentos, presentes em artes rupestres e artefatos arqueológicos, hoje presentes nas danças, rituais e ornamentos e outros elementos que compõem as culturas, no plural, dos povos indígenas.

A literatura indígena antecede a escrita e a impressão, uma vez que sua tradição deita raízes na ancestralidade que vive na oralidade. Esta, por sua vez, faz parte da cultura dos povos originários, sendo as tradições e os saberes transmitidos de geração em geração, sobretudo a partir das experiências dos mais velhos. Não se trata apenas da força das palavras ditas; antes, na oralidade está presente a ancestralidade. Daí que a literatura indígena está profundamente permeada pelas culturas dos povos originários.

Na literatura indígena, a escrita, assim como o canto, tem peso ancestral. Diferencia-se de outras literaturas por carregar um povo, história de vida, identidade, espiritualidade. Essa palavra está impregnada de simbologias e referências coletadas durante anos de convivência com os mais velhos, tidos como sábios e guardiões de saberes e repassados aos seus pela oralidade. Não quero dizer aqui que a prática da oralidade tenha se cristalizado no tempo. Essa prática ainda é usada, pois é parte integrante da cultura em movimento. À noite o indígena sonha com o que vai ser escrito ou com a música a ser cantada com os guerreiros da aldeia. Acredita-se que quem escreve recebe influências de espíritos ancestrais, dos encantados, por isso a literatura dos povos da floresta é percebida com um valor material e imaterial... (KAMBEBA, 2018, p. 40).

Para Munduruku (2018), não há uma ruptura entre oralidade e escrita, mas entre elas se estabelece uma relação de complementação. Para o autor, a escrita é uma técnica que não nega a oralidade, mas a reafirma à proporção que necessita ingressar em seu universo, a fim de dar a conhecer os povos indígenas. Nesse sentido, a literatura indígena reforça a memória ao tempo em que atualiza o pensar ancestral. “Pensar a literatura indígena é pensar no movimento da memória para apreender as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e que nega os povos que a afirmam. A escrita indígena é a afirmação da oralidade” (p. 83).

A recente emergência das produções indígenas aponta para as disputas de poder no campo literário (Bourdieu, 1996), em que uma pretensiosa literatura oficial parece ditar os cânones que definem os limites do que pode ser considerado enquanto literatura, subvalorizando as produções que não se submetem a tais cânones. Historicamente, nessas relações entre o campo do poder e o campo literário, além de tantas outras violências, os povos indígenas foram apenas objetos da literatura hegemônica, cujas caricaturas foram elaboradas majoritariamente por sujeitos não indígenas. As recentes produções indígenas representam, assim, uma tática de disputa no campo literário em que os sujeitos indígenas expõem seus ritos, mitos, tradições, costumes, modos de viver e, sobretudo, sua relação com a Natureza.

Mais que isso, os povos indígenas têm correlacionado epistemologia e política a partir de sua singularidade antropológica e sua condição de colonizado, constituindo um eu-nós, a fim de desnaturalizar a cultura e politizar a história por meio de uma voz-práxis, fundando uma perspectiva estético-política própria acerca de sua condição e de sua causa.

Aqui emerge, nesse sentido, a dupla intenção seja do Movimento indígena Brasileiro, seja da literatura indígena, a partir dele dinamizada, a saber: uma voz-práxis direta, política e politizante, carnal e vinculada, do sujeito indígena por si mesmo e desde si mesmo, tendo por base sua singularidade e sua condição como minoridade; e, como consequência, a correlação de epistemologia, política e/ou estética militante (DANNER, DORRICO, DANNER, 2020, p.65).

Se a escrita foi outrora símbolo da colonização civilizatória, os povos indígenas têm se apropriado deste poderoso instrumento com múltiplos objetivos, desde denúncias dos processos históricos de esquecimento e apagamento dos povos indígenas, usurpação de suas terras, destruição dos rios e das matas, assassinatos de indígenas, estupros de mulheres indígenas (JEKUPÉ, 2018); à disseminação de seus aspectos culturais, como as narrativas de histórias míticas dos povos, seus rituais de celebração da vida, suas aventuras na floresta e suas

relações com ela, os espíritos da floresta e outros seres que as habitam, enfim, uma escrita que trata de sua “diversidade, sociabilidade, produção e preservação, desenvolvimento e sustentabilidade, troca de saberes sobre valores, comportamentos, espiritualidade, jogos e brincadeiras” (SOUZA, 2018, p. 68).

Na literatura indígena, a confluência entre teoria e prática, epistemologia e política, eu e grupo, resulta em uma produção altamente política e autobiográfica acerca da situação dos povos indígenas, revelando as contradições e violências simbólico-materiais da Modernidade. Tais posturas política e autobiográfica estão imbricadas à condição de minoria dos sujeitos indígenas com o objetivo de desnaturalizar e politizar a história, a partir de uma voz-práxis estético-literária:

... ao aparecer, as minorias e os sujeitos de minorias não podem esconder quem são, uma vez que seu próprio corpo, suas próprias tradições, suas próprias práticas visibilizam a condição de chaga, de estigma e de anormalidade que lhes foram impostas e, por isso mesmo, também publicizam e vociferam acerca de quem fez isso com eles/as, do que se fez com eles/as e de como se fez isso, desconstruindo – isto é, desnaturalizando e politizando – a história, os sujeitos, as práticas e os valores exemplares de nossa sociedade (DANNER, DORRICO, DANNER, 2020, p.69).

A autobiografia na literatura indígena aparece como um recurso, e não como um fim em si mesmo. A produção indígena não poderia ser de outra forma, pois a mediação estético-literária serve como canal para que os sujeitos indígenas exponham suas cosmovisões e, assim, apontem para as necessidades de (re)(des)construção da formação nacional brasileira e possíveis caminhos para o futuro.

O gênero autobiográfico parece ser ressignificado por meio da utilização dos sujeitos indígenas que, ao escreverem sobre suas experiências individuais, registram-nas a partir das relações com as experiências e vivências da coletividade. Esse exercício, porém, não pode passar sem que sejam problematizadas as trajetórias, por meio da busca da compreensão dos processos, percursos e enfrentamentos que constituem as experiências de vida dos sujeitos envolvidos nas narrativas autobiográficas, conforme as lições de Bourdieu (2002). Essa é, justamente, a proposta da seção seguinte.

4 Autobiografia na obra “Memórias de índio: uma quase autobiografia”

Antes de passar à análise da obra, convém apresentar, ainda que brevemente, o conteúdo da obra e seu autor. O livro “Memórias de índio: uma quase autobiografia” é composto por um conjunto de crônicas que expõem memórias de diversos momentos da trajetória de vida do seu

autor, Daniel Munduruku. Não à toa, a obra está estruturada em três partes, que correspondem a memórias de “criança”, “juventude” e “vida adulta” do autor. Nessas crônicas, o autor descreve pensamentos, vivências, aprendizados e até conflitos que viveu ou que observou.

Nascido em Belém-PA, em 1964, Daniel Munduruku pertence à etnia indígena Munduruku. É graduado em filosofia, história e psicologia; e, após cursar mestrado e doutorado em educação, fez pós-doutorado em linguística. Escritor e educador, suas mais de 50 obras publicadas se destinam, principalmente, ao público infanto-juvenil e aos profissionais que atuam na educação, para fins de utilização didática.

O autor já recebeu diversos prêmios como reconhecimento de sua produção literária, que tem como principais objetos os costumes, os ritos, as tradições, as culturas e diversos aspectos da vida cotidiana dos povos indígenas. Dentre esses prêmios, podem ser citados: Menção Honrosa do Prêmio Literatura para Crianças e Jovens na Questão da Tolerância, da UNESCO (2002); Prêmio Érico Vanucci Mendes, do CNPQ (2003); Prêmio Jabuti de Literatura (2004); Prêmio da Academia Brasileira de Letras (2008); Comendador da Ordem do Mérito Cultural, da Presidência da República (2013).

A utilização do gênero autobiográfico é uma marca dessa obra cujo próprio título já informa a natureza do trabalho, a saber: que o autor relata memórias de suas experiências. Além do título, a estrutura da obra também é um aceno à escrita de si, uma vez que divide as crônicas que compõem o trabalho em três momentos da vida do autor, como já afirmado anteriormente. Essa escrita autorreferenciada, porém, demanda aquele exercício de problematização, no sentido de buscar compreender os processos, os percursos e os enfrentamentos relativos à trajetória de Daniel Munduruku exposta na obra.

A escrita autorreferenciada em questão se situa entre a literatura e a história, posto que a mediação estético-literária serve para trazer ao centro das reflexões presentes na obra um conjunto de questões relacionadas às identidades e culturas indígenas, de modo que o autor propõe essas reflexões a partir de fragmentos rememorados de sua história de vida. Todavia, é preciso considerar que o sujeito que constrói a narrativa não é o mesmo sujeito que vivenciou as experiências autorreferenciadas, conforme alertam Arfuch (2010), Bakhtin (2017) e Eakin (2019), conforme abordado na primeira seção deste trabalho.

A partir de um momento no tempo presente, Munduruku realiza um exercício de extralocalização (BAKHTIN, 2017), ao revisitar suas memórias e suas experiências, situadas em temporalidades passadas em diferentes momentos de sua trajetória de vida (EAKIN, 2019)

– infância, juventude e vida adulta -, e ressemantiza aquela relação entre autor-narrador-personagem (ARFUCH, 2010), de modo a transparecer que não há identidade nesse tripé, como defendera outrora Lejeune (2014), pois o estado de consciência do autor no momento da enunciação da narrativa é distinto daquele de quando ele viveu as experiências agora autorreferenciadas, ou seja, ele é um outro de si mesmo, um “eu-alter” (ARFUCH, 2010).

Daniel Munduruku é consciente de ser um outro de si mesmo, com relação ao personagem autorreferenciado nas crônicas. Isso aparece explicitamente já na introdução da obra, quando reflete sobre suas memórias:

Quanto mais velhos vamos ficando, mais a memória se mostra. Quando a gente é pequeno, não sente muito a força dela, mas com certeza vamos acumulando tudo o que vivemos. Aos poucos e à medida que ficamos jovens, conseguimos perceber a influência de tudo o que passamos. Isso acontece porque nossa cabeça, nosso cérebro, não descarta nada. O que é vivido fica registrado [...]

... Há coisas maravilhosas que a gente nem se dá conta de que são boas. E coisas que a gente ouve, mas não entende na hora. Nossa memória guarda para mais tarde, e assim vamos construindo nossa própria existência, ora com coisas agradáveis, ora com desagradáveis (MUNDURUKU, 2016, p. 9-10).

O trecho citado remete a uma consciência madura do autor que é capaz de revisitar suas memórias a partir de um olhar do tempo presente e, portanto, capaz de ressignificar as experiências vividas em outras temporalidades. Esse olhar que se lança no momento da enunciação da narrativa sobre as experiências vividas é capaz de perceber novidades, “coisas maravilhosas que a gente nem se dá conta”; e de entender o que não era compreensível em determinado momento passado, “coisas que a gente ouve, mas não entende na hora”. O autor é consciente que esse processo cumulativo de experiências guardadas na memória que agora são expostas em formas de crônicas não são apenas narrativas de caráter autobiográfico, mas são parte constituinte do “eu”, como defende Eakin (2019).

Acerca da questão da veracidade dos fatos narrados nas crônicas, é importante ratificar que Daniel Munduruku informa já no título da obra que se trata de uma “quase” autobiografia. Nesse sentido, não vai caber ao leitor da obra aquele juízo de credibilidade, ou não, acerca dos relatos aí narrados. Antes, a consciência do autor no momento da enunciação lança um olhar ressignificado sobre suas memórias, com o intuito de provocar nos leitores reflexões e inspirações:

... O fato é que aqui escrevo minhas lembranças de tempos já vividos. Todas são quase verdadeiras. Outras são quase falsas. Algumas são inventadas para

dar mais emoção. Há também as que se misturam, e eu já não sei distinguir se as vivi ou inventei para amenizar meu coração. Isso faz parte de nossa sobrevivência. Peço que não julguem minhas invencionices como se fossem mentiras e não aceitem as verdades sem questioná-las. Desejo que elas sirvam de reflexão ou, quem sabe, de inspiração para meus leitores (MUNDURUKU, 2016, p. 10).

Percebe-se que o autor possui um elevado grau de consciência acerca da questão da veracidade relativa a suas memórias, a ponto de afirmar que há lembranças “quase verdadeiras”, “quase falsas” e que “algumas são inventadas”. Ao dirigir-se ao sujeito terceiro destinatário de sua narrativa autorreferenciada, possivelmente a si mesmo e a seus leitores, Daniel Munduruku desloca a questão para outro objetivo: ressignificar suas memórias, de modo a suscitar reflexão e inspiração em seus leitores.

Ressalte-se, ainda, que Munduruku, ao tempo que lança um pedido para que suas narrativas não sejam alvo de julgamentos simples, como verdades ou mentiras, adverte acerca da necessidade de questionar, problematizar os processos, percursos e enfrentamentos que compõem o corpus das narrativas das crônicas da obra em análise.

Com uma linguagem simples, acessível e direta, Daniel Munduruku reúne uma postura epistemológica e política para afirmação e reconhecimento dos povos indígenas, em consonância com o Movimento Indígena Brasileiro, a fim de desnaturalizar a cultura e politizar a história. A escrita de Daniel Munduruku carrega essa perspectiva estético-política de uma forma própria, capaz de ressignificar os principais gêneros literários utilizados na obra – autobiografia e crônica –, no sentido de denunciar processos históricos de esquecimento e apagamento dos povos indígenas, disseminar aspectos culturais dos povos indígenas, revelando as contradições e violências simbólico-materiais da Modernidade. Apesar de longa a citação a seguir, vale a leitura em razão de sua riqueza categórica:

É verdade que há muito o que fazer. Nossos povos continuam vítimas da ganância ocidental; da busca de lucros pela exploração das riquezas minerais; da expropriação dos saberes ancestrais. Continuam sendo excluídos do processo histórico e acusados de atrapalhar o progresso e o desenvolvimento pelo simples fato de defenderem o lugar onde moram como algo sagrado; por entenderem a terra não como objeto de cobiça, mas como de pertencimento; por se recusarem a entrar no jogo do capital que nega as identidades, as diferenças e o direito conquistado. A literatura não resolveu problemas, é verdade. Não ajudou a demarcar terra ou a parar as máquinas de destruição que constroem hidrelétricas e barragens que detonam o meio ambiente; não impediu massacres ou homicídios cometidos por pessoas que se sentem senhoras do mundo. A literatura não tem essa pretensão. Ela alimenta a esperança, a utopia. Ela desentorta pensamentos equivocados; oferece

45

consciência e alimenta o espírito das pessoas. É assim que, ao menos, penso e atuo [...]

Nossa literatura é um grito de libertação. E este nasce quando há opressão entalada na garganta. O Brasil tem esse grito entalado, mas ainda não conseguiu descobrir como libertar-se porque foi educado para ser submisso, para aceitar sem questionar. Também ainda não se deu conta de que nossos povos tradicionais gritam a mais de 500 anos, ainda que seus gritos tenham sido abafados pelo interesse econômico de uma parcela gananciosa e egoísta e pelo silêncio covarde do qual o brasileiro não consegue despertar... (MUNDURUKU, 2016, p. 203-204).

A reflexão de Munduruku vai muito além de um processo de denúncia e até mesmo de disseminação de aspectos das cosmovisões indígenas. Para o autor, a literatura indígena “alimenta a esperança, a utopia...”. As afirmações do autor são cirúrgicas, ao expor as contradições e violências simbólico-materiais da Modernidade, com relação aos povos indígenas.

Nesse ponto, é preciso marcar a relação de identificação e pertencimento do sujeito indígena ao grupo a que pertence. A utilização da primeira pessoa do discurso no plural, e não no singular, evidencia essa relação. Aqui se percebe a confluência entre teoria e prática, epistemologia e política, eu e grupo, resultando a produção de Munduruku como autobiográfica e política, mas também que inclui experiências coletivas, ou seja, que não se restringem à esfera de um “eu” moderno, mas se identifica e pertence a um grupo.

Também, o trecho citado permite vislumbrar a utilização da literatura enquanto recurso, e não como um fim em si mesma. Para o autor, a literatura “é um grito de libertação”, um campo em que se vai “desconstruindo – isto é, desnaturalizando e politizando - a história, os sujeitos, as práticas e os valores exemplares de nossa sociedade” (DANNER, DORRICO, DANNER, 2020, p.69). A literatura, enfim, é instrumento por meio da qual as pessoas poderão desenvolver outra visão sobre os povos originários; também, ela contribui para a manutenção das memórias, no plural, dos povos indígenas na sociedade contemporânea.

Considerações Finais

A partir do exposto, verificou-se que a literatura indígena não é um fim em si mesma, mas um recurso, um instrumento utilizado pelos sujeitos indígenas para objetivos múltiplos, sobretudo para denunciar as contradições e violências simbólico-materiais da Modernidade, para disseminar aspectos culturais dos povos indígenas e para alimentar a esperança, a utopia por libertação, como afirmado anteriormente.

Na obra “Memórias de índio: uma quase autobiografia”, Daniel Munduruku expõe narrativas de fragmentos de suas memórias acerca de outras temporalidades de sua trajetória de vida, a saber: de sua infância, de sua juventude e de sua vida adulta. Essas memórias não são meras narrativas, mas podem ser consideradas como parte constituinte do “eu” do autor. Ao mesmo tempo, essas memórias ultrapassam a esfera individual e se situam num contexto coletivo, incluindo experiências coletivas dos povos indígenas, ressaltando a relação de identificação e de pertencimento do sujeito ao grupo do qual é parte.

Por meio de uma escrita simples, acessível e direta, Munduruku ressignifica os principais gêneros literários presentes na obra – autobiografia e crônica -, a partir de uma perspectiva estético-política, a fim de desnaturalizar a cultura e politizar a história. Com elevado grau de consciência acerca da ressignificação das memórias autorreferenciadas, o autor discute uma série de questões, seja acerca da veracidade dos fatos relatados, seja da sua condição de “eu-alter” com relação ao personagem das narrativas, seja dos objetivos da própria literatura, seja da sua postura política enquanto sujeito indígena, dentre outras.

Ao escrever sua (quase) autobiografia, o autor explora esse gênero situado entre a literatura e a história, com o anseio de que suas narrativas sirvam de reflexão e/ou inspiração para seus leitores, a partir da problematização das trajetórias que constituem as experiências de vida dos sujeitos envolvidos nas narrativas, certamente muito mais amplas que as vivências e experiências individuais de Daniel Munduruku, vivências e experiências dos povos indígenas, para os quais a literatura é um grito de libertação.

Referências bibliográficas

ARFUCH, Leonor. (2010). **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj.

BAKHTIN, Mikhail. (2017). Fragmentos dos anos 1970-1971. In: _____. **Notas sobre literatura**, cultura e ciências humanas. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, pp. 21-56.

_____. (2018). **Teoria do romance III**: o romance como gênero literário. Tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34.

BORDIEU, Pierre. (2002). A ilusão biográfica. In Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes. (Eds.). **Usos e abusos da história oral**, pp. 183-191. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

_____. (1996). **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras.

CALLIGARIS, Contardo. (1998). Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos históricos**, FGV, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, pp. 83-97. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071/1210>.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. (2020). Decolonialidade, lugar de fala e voz-práxis estético-literária: reflexões desde a literatura indígena brasileira. **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, jan./abr, pp. 59-74. <https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/33525>.

EAKIN, Paul John. (2019). **Vivendo autobiograficamente: a construção de nossa identidade narrativa**. São Paulo: Letra e Voz.

JEKUPÉ, Olívio. (2018). Literatura indígena. In Dorrico, Julie et. al. (Eds.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Fi, pp. 45-50. <http://atempa.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Literatura-ind%C3%ADgena-contempor%C3%A2nea-Livro-.pdf>.

KAMBEBA, Márcia Wayna. (2018). Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: Dorrico, Julie et. al. (Eds.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Fi, pp. 39-44. <http://atempa.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Literatura-ind%C3%ADgena-contempor%C3%A2nea-Livro-.pdf>.

LEJEUNE, Philippe. (2014). **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Jovita Maria Gerheim Noronha. (Ed.). Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. (2002). Definir autobiografia. In Mourão, Paula. (Ed.). **Autobiografia. Autorepresentação**. Lisboa: Colibri.

MUNDURUKU, Daniel. (2016). **Memórias de índio: uma quase autobiografia**. Porto Alegre: Edelbra.

_____. (2018). Escrita indígena: registro, oralidade e literatura. O reencontro da memória. In Dorrico, Julie et. al. (Eds.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Fi, pp. 81-83. <http://atempa.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Literatura-ind%C3%ADgena-contempor%C3%A2nea-Livro-.pdf>.

SOUZA, Ely Ribeiro de. (2018). Literatura indígena e direitos autorais. In: Dorrico, Julie et. al. (Eds.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Fi, pp. 51-74. <http://atempa.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Literatura-ind%C3%ADgena-contempor%C3%A2nea-Livro-.pdf>.